



EDUCAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO E OS PARÂMETROS CURRICULARES DE PERNAMBUCO A PARTIR DAS IDEIAS DE ANTHONY GUIDDENS E ZYGMUNT BAUMAN

Adriano de Araujo Santos
Adriano.araujoagra@gmail.com

Resumen

Este artigo se desenvolveu como requisito do seminário: Teorias sociológicas contemporâneas, no Mestrado em Educação, da Universidade del Salvador e teve como foco principal a análise da proposta curricular implementada no estado de Pernambuco (Brasil) a partir de 2012, tendo em vista os debates sobre a pós-modernidade desenvolvidos especialmente pelos autores Guiddens (1996) e Baumann (2001). Para isto, procuramos compreender o papel da escola e do currículo na contemporaneidade e uma breve discussão sobre as bases conceituais dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco. Assim, acreditamos que o desafio que se estabelece em conciliar os valores locais com os globais e as necessidades da comunidade está posto para todos: diretores, professores e estudantes. O currículo proposto traz grandes avanços para o ensino na rede estadual e para a formação cidadã de suas crianças e jovens. O estudo é preliminar, e aponta para a necessidade de acompanhamento do processo de implantação e de análise dos resultados obtidos e médio prazo com a nova proposta.

Palabras clave (máximo 5)

Pós-modernidade, currículo, parâmetros curriculares

Planteamiento del problema

As transformações sofridas na sociedade nas últimas décadas têm sido constantemente analisadas por filósofos e sociólogos que, se debruçam na tentativa de entender e conceituar os processos sociais que se desencadeiam com o advento da sociedade tecnológica e com as particularidades que tornam este momento diferente de todas as épocas precedentes na história humana.

Com base nestes pressupostos, abordaremos neste ensaio as principais ideias sobre o que convencionalmente se chamou de pós-modernidade para Guiddens (1996), Baumann (2001) e Santos (1986), como cada um percebe essas transformações e como elas influenciam na organização social contemporânea.

Neste contexto, procuraremos situar à escola e especificamente os debates sobre o currículo, e as demandas locais e globais que se estabelecem na sua construção. As proposições levantadas por estes sociólogos fornecerão alguns elementos que nos auxiliarão neste percurso.





Para tanto, o estado de Pernambuco construiu uma proposta curricular que estivesse de acordo com as orientações nacionais, mas que pudesse contemplar as especificidades regionais. Essa difícil tarefa se delineou por alguns anos e resultou em um conjunto de documentos que atualmente deveriam está sendo aplicados em toda a rede estadual de educação.

Justificación

A construção de uma proposta curricular envolve uma série de questões legais e técnicas que visam atender as necessidades do público alvo e as demandas da sociedade na qual está inserida.

Ao publicar os Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco, (Brasil) o governo visava trazer para a escola conteúdos e práticas pedagógicas capazes de modernizar o ensino e promover a melhoria na aprendizagem dos estudantes da educação básica.

Em uma sociedade em constante mudança na qual o tempo e o espaço foram completamente ressignificados, construir uma proposta curricular implica em conciliar os valores e características locais e globais. É preciso considerar que um estudante está se formado em um recanto do Brasil, mas tem contato e poderá desenvolver atividades laborais em qualquer parte do mundo, necessitando de uma formação que lhe habilite e promova a capacidade de aprender a aprender.

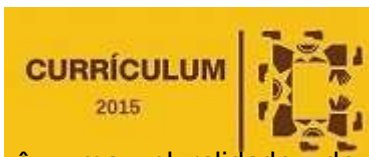
Assim, faz-se essencial uma análise dos parâmetros tendo em vista estas características sociais que se apresentam na sua construção e que lhe impulsionam a pensar nos documentos desde as bases conceituais até as práticas que visem construir uma educação que informe e que promova a emancipação dos estudantes e sua preparação para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Fundamentación teórica

A CRISE DA MODERNIDADE

As transformações que a maioria das sociedades humanas passou nas últimas décadas apontam para a construção de novas formas de organização das sociedades que começam a se delinear. Um momento que para muitos teóricos é compreendido como a crise da modernidade e a emergência da pós-modernidade, sobre a conceituação deste período, Giddens (1991) afirma: foi Jean-François Lyotard o primeiro a popularizar o conceito: “a pós-modernidade se refere a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia, e da fé no progresso planejado humanamente. A condição da pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da grandnarrative — o "enredo" dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A





perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (p. 8-9).

Para Santos (1986):

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). (p.7).

Contudo, na reflexão desenvolvida por Guiddens (1991), não estaríamos entrando em um novo período, pois percebemos apenas “o contorno dessa nova ordem”, alguns aspectos da modernidade, que ele chama de modernidade exacerbada, para o autor:

Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las (Guiddens, 1991. p. 11).

Vivemos então entre elementos do mundo moderno e os elementos que caracterizariam este momento histórico. Bauman (2001) o chama de modernidade líquida, distinguindo-se do início dos tempos modernos, que ele chama de modernidade pesada. Afirma que:

Duas características, no entanto, fazem nossa situação – nossa forma de modernidade – nova e diferente. A primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um telos alcançável da mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflito em todos ou em alguns de seus aspectos postulados: do firme equilíbrio entre oferta e procura e a satisfação de todas as necessidades da ordem perfeita, em que tudo é colocado no lugar certo, nada que esteja deslocado persiste e nenhum lugar é posto em dúvida; das coisas humanas que se tornam totalmente transparentes porque se sabe de tudo que deve ser sabido; do completo domínio sobre o futuro – tão completo que põe fim a toda contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas. A segunda mudança é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes. Que costumava ser considerado uma tarefa para razão humana, visto como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado





(*individualizado), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos (Bauman, 2001, p. 37-38).

Assim na modernidade líquida, a certeza do progresso e do “enredo” se desmancha dando lugar a uma série de possibilidades que vão se apresentando, a ordem e o progresso que se pregava como destino da humanidade não aconteceu como se previa.

A metáfora do líquido evidencia a fluidez da vida contemporânea, assim como as substâncias, a realidade não está permanentemente moldada nem facilmente aprisionada, o líquido se esvai por entre as frestas assumindo as mais variadas formas.

Outra característica da modernidade exacerbada é o predomínio da mudança na relação espaço-tempo; o deslocamento das decisões do contexto local e a criação de espaços com funções específicas, nos quais não se estabelecem vínculos afetivos.

Por isso, a contemporaneidade está marcadamente profundamente pelo risco, perigo e muitas incertezas, não que não tenha existido risco, perigo e incerteza na história da humanidade, no entanto, o que vemos é o surgimento de um conjunto de elementos que se diferem do que se tinha visto até o momento.

Para Guiddens (1991) “O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espaço preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos” (p. 21).

Destes aspectos da modernidade daremos atenção especial para o desencaixe, “Por desencaixe me refiro ao "deslocamento" das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Guiddens 1991, p. 24).

Os sistemas de desencaixe estariam ligados diretamente ao desenvolvimento das instituições sociais. Ele nos apresenta dois: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. É este último que tomaremos como elemento de análise e aplicação na compreensão da escola e do currículo contemporâneo.

O conceito de sistema perito está intimamente ligado ao deslocamento das relações entre espaço e tempo característicos da contemporaneidade, “sistemas de excelência técnica ou





competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Guiddens, 1991 p. 30).

Para estes autores (Bauman, 2001; Guiddens, 1996), o deslocamento da relação tempo-espço, o mal-estar gerado pelas incertezas, a queda do enredo, um tempo não linear, os mecanismos de encaixe e desencaixe, são característicos e determinantes para a organização das estruturas e relações sociais da contemporaneidade.

NOS TEMPOS DA MODERNIDADE LÍQUIDA: A ESCOLA

A escola não é uma instituição isolada, se encontra inserida em um contexto amplo das instituições estabelecidas com funções definidas e características específicas de seu entorno e das demandas globais. Para Fourez (2008) “De um ponto de vista sociológico, um sistema de ensino é um sistema de reprodução da sociedade. Não simplesmente da reprodução de uma sociedade geral ou abstrata, mas da sociedade particular de que faz parte, com suas estratificações sociais e suas estruturas de dominação”. (p. 55).

Assim como acontece com as demais instituições, a escola não está à parte das transformações que acontecem na sociedade, neste contexto de desencaixe, à gestão pode até ser local, mas o poder está nas mãos dos peritos. Toda a estrutura curricular da escola é baseada em leis, decretos, pareceres e instruções normativas, e são emanadas dos órgãos gestores da educação. Uma rede que regulamenta, orienta e supervisiona as ações desenvolvidas nas escolas públicas; em algumas situações até as privadas.

Neste período de modernidade exacerbada tanto a organização administrativa quanto pedagógica são organizadas pela secretaria de educação de estado. Para Giddens (1991), as incertezas geradas nesse desencaixe são minimizadas pela confiança que se tem nos sistemas peritos, “Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo "garantias" de expectativas através de tempo-espço distanciados. Este "alongamento" de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma.” (p.31).

A confiança gerada é consequência da separação tempo-espço. Não teríamos necessidade de confiar em alguém, ou sistema que estivesse continuamente visível.

No início dos tempos modernos, a escola tinha seus atores bem conhecidos da comunidade, diretores, professores, geralmente faziam parte do grupo. A organização curricular estava fortemente ligada às necessidades locais. A reestruturação do ensino, principalmente a partir





da LDBEN 9.394/1996, vai ratificar o acesso à carreira do magistério público através de concursos, trazendo para as instituições de ensino profissionais de outros lugares. Neste ponto os sistemas peritos exercem seu papel de maneira efetiva, pois são eles que determinam as diretrizes de funcionamento das escolas em todo o estado (Secretaria de Educação e as Gerências Regionais) assim como a existência de outros (universidades, conselhos, associações, grupos de pesquisa) darão a fiabilidade aos desconhecidos que passaram a atuar como educadores, gestores e supervisores.

O CURRÍCULO

Até o fim do século XX, a escola tinha como principal função transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade, os conteúdos estabelecidos para os componentes curriculares eram determinados e deveriam ser trabalhados de preferência sem qualquer alteração durante o percurso do ensino.

Os professores seguiam seus roteiros, tendo em suas mentes o ponto de partida e exatamente onde queriam chegar.

A emergência desta nova ordem trouxe para as instituições de ensino uma série de novas demandas que modificaram não só a estrutura administrativa, mas também pedagógica, o planejamento começa a ser percebido como algo flexível e que deve ser adaptado às necessidades do público alvo e o currículo, vai cada vez mais, se tornando um dos centros da discussão, pois as incertezas da contemporaneidade também atinge aquilo que os professores costumavam trabalhar no cotidiano das salas de aula.

Neste sentido, o currículo é entendido como aquilo que se ensina nas escolas. A construção de uma proposta curricular envolve uma série de questões legais, que no Brasil são definidas por um conjunto de documentos que embasam os currículos nas instituições federais nos estados e nos municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, são o marco principal para definir o currículo a nível nacional, como vemos no documento introdutório dos PCNs:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação e do Desporto, tais como os projetos ligados à sua competência na formação inicial e continuada de professores, à análise e compra de livros e outros materiais





didáticos e à avaliação nacional. Têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores (p.28).

A LDBEN também evidencia a necessidade de levar em consideração à cultura e as demandas sociais. Pensando na escola e no que ela ensina na contemporaneidade, ficando evidente que é preciso repensar aquilo que se ensina e os significados que o conhecimento adquire para os que compartilham os saberes enquanto docentes e discentes.

O currículo, na perspectiva de modernidade exacerbada que levanta Guiddens (1993), se estabelece na escola de maneira hegemônica sendo sua elaboração de responsabilidade dos peritos e sua execução o dever da escola, contudo, o percurso existente entre o pensar e o executar é longo e as necessidades específicas nem sempre são levadas em consideração, isso se deve aos mecanismos de desencaixe, que deslocam as relações do contexto local.

Objetivos

Analisar o contexto de construção e as características da proposta curricular do Estado de Pernambuco, tendo em vista as características da sociedade contemporânea e os debates sobre o currículo e o conceito de pós-modernidade.

Metodología

O estudo se desenvolveu tendo como metodologia a abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, baseada na revisão bibliográfica dos documentos orientadores do currículo no Brasil e os parâmetros curriculares do estado de Pernambuco, Brasil.

Assim, tomando como base a discussão sobre pós-modernidade, realizamos uma análise documental da LDBEN, dos PCNs e dos Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco.

Resultados

O Estado de Pernambuco, baseado na LDB 9.394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, publicou, a partir de 2012 os Parâmetros para a Educação Básica para o Estado de Pernambuco.

Como consta na introdução do documento: “A elaboração dos parâmetros foi uma construção coletiva de professores da rede estadual, das redes municipais, de universidades públicas do estado de Pernambuco e do Centro de políticas públicas e Avaliação da educação da universidade federal de Juiz fora/CAed. na formulação desses documentos, participaram





professores de todas as regiões do estado, debatendo conceitos, propostas, metas e objetivos de ensino de cada um dos componentes curriculares”(Pernambuco 2012, p. 15).

A construção coletiva e ressaltada, principalmente como uma forma de legitimação por parte da comunidade docente. No volume que traz as concepções utilizadas na elaboração dos Parâmetros desenvolvem-se os conceitos de currículo, ensino, aprendizagem e avaliação. Com relação ao currículo, o documento enfoca dois conceitos:

O currículo formal é, portanto, aquele encontrado nas leis, nos parâmetros e diretrizes curriculares. A razão da existência de um currículo formal é que ele procura veicular, para todos, o patrimônio científico e cultural da humanidade, na busca de educação de qualidade para todos, repetimos.

[...]o **currículo real**, que é aquele que acontece no âmbito das escolas e, mais concretamente, no âmbito da sala de aula, está sujeito a uma série de injunções de ordem política, sociológica, administrativa, financeira, pedagógica, bem como a uma série de negociações que terminam por desenhar um perfil de estudante, [...] (Pernambuco, 2012, p. 29 e 30).

Ademais destes conceitos, a noção de currículo oculto e nulo também é levada em consideração nos parâmetros curriculares da rede estadual:

A noção de currículo oculto, em um sentido restrito, refere-se às condições e às rotinas da vida escolar que regularmente geram aprendizagens desconhecidas, estranhas àquelas que a escola pretende, pelo menos, explicitamente, favorecer (Pernambuco, 2012, p. 31).

[...] Quanto ao currículo nulo (Santos, 2003), ele se faz presente nos “silêncios” da proposta curricular, isto é, são os saberes que não estão presentes na proposta, por motivos políticos, morais, religiosos, sexuais, preconceituosos, mas que o estudante interpreta como sendo aqueles conhecimentos que, por algum motivo, não são condizentes com o ambiente escolar... A importância da cultura negra na formação do povo brasileiro, tal como é ensinada hoje, foi, por muito tempo, um exemplo de currículo nulo nas escolas do país (p. 32).

Partido das definições de currículo postas no documento, os PCs de Pernambuco estabelecem as expectativas de aprendizagem, que no texto são definidas como: “conhecimentos, habilidades e competências, além de metodologias que se espera sejam trabalhadas como garantia de democratização do saber” (Pernambuco 2012, p. 30).





Neste contexto o papel dos docentes é fundamental, pois serão eles os responsáveis por colocar em prática o currículo e mediar o conhecimento estabelecido com os saberes prévios dos educandos.

A adoção de um currículo padronizado tem, inicialmente, o sentido de criar uma base comum para todos os estudantes da rede estadual e proporcionar a todos os mesmos direitos, na medida em que todos estão tendo as mesmas oportunidades de aprendizagem e os mesmos conteúdos, contudo este modelo não leva em consideração as diferenças culturais dos educando nas diversas regiões do estado em que devem ser aplicados nem o tempo de aprendizagem dos estudantes, podendo reduzir o papel do professor a um simples reprodutor de conteúdos e sequências, ignorando as interações surgidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Conclusiones

O objetivo deste breve ensaio foi tecer algumas reflexões sobre o currículo e a proposta curricular do estado de Pernambuco tendo como base as ideias de Giddens e Bauman acerca do período histórico que convencionalmente chamou-se de pós-modernidade e como suas características estão presentes na escola.

Levando em consideração a globalização do conhecimento, o que inclui a expansão das tecnologias, hábitos e costumes. Procuramos compreender como se dá a tensão entre os elementos locais e as imposições da modernidade exacerbada, o elemento de tensão escolhido foi o currículo, pois entendemos a importância deste elemento na organização pedagógica da escola, como sua constituição permeia o cotidiano escolar e repercute diretamente na aprendizagem dos estudantes.

Portanto, num contexto de reorganização das relações tempo-espço, com a emergência de novos riscos e o desenvolvimento de sistemas capazes de gerar confiança, pensar, questionar é sempre necessário e o exercício de refletir sobre estas transformações também é constante.

O desafio que se estabelece em conciliar os valores locais com os globais e as necessidades da comunidade está posto para todos: diretores, professores e estudantes. Todos fazem parte de uma rede, que não está mais presa aos muros da escola, o que se ensina tem implicações locais e para além do que se convencionou chamar de comunidade, hoje cada vez mais mundial.





Assim, ficou evidente que na construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco as tensões entre o local e o global, permitiram a construção de uma proposta inovadora e que levou em consideração as contribuições da ciência da educação e as demandas da sociedade contemporânea, este é o primeiro passo para pensar em uma educação que possibilite a formação de cidadãos críticos e capazes de exercerem seus direitos civis e políticos.

Estamos longe de esgotar as possibilidades de análise, contudo com base nos dados levantados nos documentos estudados, percebemos que outras investigações se fazem necessárias, para que possam acompanhar a implementação da proposta e os resultados obtidos pelos novos parâmetros.

Referencias bibliográficas

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. (P. Dentzien, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR.
- Brasil, M. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC.
- Brasil. LDBEN – Lei nº 9.394, d. 2. (1996). *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília.
- Forquin, J.-C. (jan-jun de 1996). As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. *Educação & Realidade*, 21, 187 -198.
- Fourez, G. (2008). *Educar: docentes, alunos, escolas, éticas, sociedades*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Pernambuco, S. d. (2012). *Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação.
- Santos, J. F. (1987). *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense.